



Viva Rio no Haiti e o ‘modelo brasileiro de pacificação’: securitização via hegemonia?

Diego Araújo Gois y Miguel Borba de Sá

Introdução

Logo após libertar-se de décadas de ditadura, o Haiti passou, em poucos anos, por quatro intervenções da comunidade internacional – *Missão das Nações Unidas no Haiti* (UNMIH) de 1993 a 1996, *Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti* (UNSMIH) de 1996 a 1997, *Missão das Nações Unidas de Transição no Haiti* (UNTMIH) em 1997 e, finalmente, a *Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti* (MIPONUH) de 1997 a 2000. Diante disso, quando se iniciou a *Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti* (MINUSTAH), em 2004, sob comando militar brasileiro, a narrativa oficial do Brasil buscou argumentar que a falta de êxito das missões anteriores teria se dado em razão do foco excessivo nas questões da segurança. De acordo com o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, deveríamos “substituir cada vez mais

a vertente da segurança pela vertente do desenvolvimento” (Lula da Silva, 2014, s/p). A saída encontrada pelas autoridades brasileiras foi, portanto, construir uma percepção de que, mediante iniciativas de cooperação técnica e desenvolvimento local, a participação brasileira no Haiti se distinguiria das missões e tentativas anteriores de construção da paz (Siman Gomes, 2014, p. 73).

Análises acadêmicas, jornalísticas e não-governamentais corroboraram tal percepção durante praticamente toda a missão, que durou até 2017, oferecendo densidade teórica ao argumento oficial, tarefa na qual também foram acompanhadas pelas intelectualidades diplomática e militar. Em tais esforços, um fator em comum foi, via de regra, apresentado como exemplar desta maneira brasileira de praticar operações de paz, que sobrepõe o desenvolvimento local à segurança: a atuação de entidades sem fins lucrativos, como o Viva Rio, com sede no Rio de Janeiro, que foi ao Haiti a convite da MINUSTAH. Neste artigo, analisaremos tais argumentos sobre as particularidades do chamado *modelo brasileiro* de praticar operações de paz que destacam o papel desempenhado por esta entidade em particular. Em seguida, investigaremos que tipos de projetos ela desenvolveu no Haiti, com quais métodos e visando quais finalidades. Isto nos levará a inserir sua atuação no país caribenho em uma trajetória mais ampla de trabalhos em regiões periféricas no Rio de Janeiro, desde os anos 1990.

Esta mirada ao modelo brasileiro de pacificação com foco no Viva Rio permitirá sugerir que o anunciado sucesso obtido na missão do Haiti pode ser visto também como algo problemático, caso observado mediante abordagens disponíveis na literatura crítica sobre o intervencionismo humanitário contemporâneo. Em especial, como será demonstrado, pode-se sugerir que este sucesso tem mais a ver com a implementação de um tipo específico de modelo econômico e social que requer, por sua vez, o controle político e militar de populações consideradas perigosas, do que propriamente com a transformação qualitativa de suas condições de vida.

Em outras palavras, em vez de aceitar a narrativa dominante que acredita ao modelo brasileiro um êxito na pacificação do Haiti por conta da diminuição da militarização em prol de iniciativas de cooperação e projetos sociais, este artigo irá apresentar a hipótese que de a atuação de entidades como o Viva Rio não representa uma redução do aspecto

militar. Usufruido de debates no campo das Relações Internacionais em torno dos conceitos de *securitização* (Wæver, 1995) e *hegemonia* (Cox, 2007; Taylor, 2010), será sugerido que o modelo brasileiro significa uma militarização mais eficiente e duradoura devido a sua capacidade de produzir algum nível de consentimento local, mas que não se afasta das práticas bélicas por isso. Na verdade, refina-se e consolida-se o mesmo projeto político de controle de populações consideradas pobres e marginalizadas mediante táticas de guerra mais sofisticadas, desenvolvidas domesticamente e aprimoradas em missões no exterior.

1. O Viva Rio no modelo brasileiro de pacificação durante a MINUSTAH

A participação do Brasil na MINUSTAH, na qual o país assumiu o comando do braço militar da intervenção durante toda sua duração (2004-2017), foi acompanhada de uma ampla produção discursiva sobre as especificidades brasileiras que teriam levado ao propalado sucesso no desempenho desta função. Além dos pronunciamentos de autoridades políticas de primeiro escalão do governo, uma geração inteira de analistas, entre acadêmicos de Relações Internacionais, jornalistas, diplomatas, membros de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e também pensadores provenientes da intelectualidade militar elaboraram argumentos que partiam conjuntamente da premissa do sucesso obtido para, em seguida, destacar alguma particularidade brasileira que explicaria este êxito. Por vias distintas, mas não excludentes, advogaram a existência de um paradigma inovador sendo posto em prática, que não raro recebeu a denominação de *Brazilian way of peacekeeping* (Abdenur e Call, 2017; Carvalho, 2017; Mendonça, 2017).

Algumas destas explicações apontaram para fatores polêmicos, como a suposta adaptabilidade biológica e psíquica dos soldados brasileiros ao ambiente social haitiano, havendo quem realizasse estudos sobre a maior produção de hormônios anti-estresse dos combatentes do Brasil se comparados aos de outros países (Souza Neto, 2012, p. 255). Por sua vez, argumentos de caráter racial também provocaram controvérsia, uma vez que tentavam explicar a facilidade dos militares brasileiros em pacificar a sociedade haitiana mediante apelos à “descendência africana do Haiti, com a conseqüente origem comum escravocrata

do povo haitiano e do soldado brasileiro” (Mendonça, 2017, p. 61). Nesta linha, que enfatiza a “afinidade de natureza cultural e étnica” (Amorim, 2006, s/p.) entre os dois povos, foi sugerido que a “formação multiétnica” do Exército Brasileiro seria um valioso bem que facilitaria o exercício da “liderança brasileira em missões de paz” (Clauhs, 2013, p.99).

Por outro lado, houve um tipo de explicação que tendeu a ser menos gerador de polêmicas imediatas, evitando, por isto, o mesmo escrutínio sofrido pela argumentação psíquica, biológica ou racial. Trata-se daquela que enfatiza o nexos entre segurança e desenvolvimento contido no chamado *modelo brasileiro* de praticar operações de paz (Kenkel, 2011). Embora autoridades do governo também tenham destacado esse ponto como o grande diferencial do Brasil em relação a outros países (Lula da Silva, 2014), a literatura especializada desenvolveu argumentações mais elaboradas sobre o conteúdo deste *modelo*, que “alia a propensão brasileira para a negociação e a resolução pacífica de conflitos com o foco tradicional do país, tanto interno como na política externa, sobre o desenvolvimento econômico sustentável” (Kenkel, 2011, p. 28). Em tais apreciações, o exemplo do trabalho da ONG carioca Viva Rio foi frequentemente oferecido para ilustrar tal foco nos programas de desenvolvimento local como parte integrante da estratégia de pacificação brasileira.

Outro ponto forte do crescente modelo brasileiro é a exportação de tecnologias e técnicas utilizadas no contexto interno do próprio país em situações de subdesenvolvimento e violência. Este é incorporado principalmente nas atividades da agência de desenvolvimento agropecuário Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e nos projetos, a micronível, de redução de violência comunitária da Organização Não Governamental (ONG) Viva Rio, que recebe recursos financeiros de fontes canadenses, norueguesas e brasileiras (Kenkel, 2011, p.28).

Por sua vez, ao defender que a pacificação promovida pelo Brasil foi mais “humana, progressista e responsável”, os professores Thomaz Napoleão e Mariana Kalil também invocam os “programas de redução de violência na ONG Viva Rio” (2015, p.105), mesmo que reconheçam a permanência de “pobreza, crise política e desastres naturais” (2015, p.104). Esta não foi a única ONG brasileira a atuar em conjunto com

a Minustah naquele país. Por exemplo, o Instituto Igarapé, criado por ex-integrantes do Viva Rio, também desenvolveu pesquisas e projetos na ilha caribenha durante a Missão da ONU. O governo brasileiro chegou a criar um Fórum de Coordenação da Sociedade Civil brasileira no Haiti. A ideia era “aprofundar o conhecimento mútuo em relação às metodologias empregadas com vista à maior complementaridade entre os programas em curso” (Hirst, 2012, p. 25). No entanto, mesmo que a presença de atores não-estatais brasileiros tenha sido multifacetada, comportando não apenas ONGs, mas também empresas, entidades religiosas e até mesmo a seleção brasileira de futebol (Viana, 2009), o papel do Viva Rio sempre recebeu especial atenção dos analistas especializados nos programas de cooperação para o desenvolvimento levados a cabo em paralelo à intervenção militar.

Finalmente, merece menção a preocupação do governo brasileiro por estreitar laços com as organizações civis do próprio país [Brasil] crescentemente envolvidas na reconstrução haitiana. Ganhou novo impulso a presença no Haiti de organizações sociais brasileiras, entre as quais se destaca o abrangente programa de atividades desenvolvidas pelo Viva Rio nas áreas de segurança pública, cultura, educação e proteção ambiental (Hirst, 2012, p. 25).

Assim, especialistas em política externa argumentaram que o Brasil buscava projetar uma presença internacional amainando a presença militar-policial com ações de assistência humanitária e programas de cooperação horizontal. Tais iniciativas de cooperação, tanto do Estado brasileiro quanto dos atores não-estatais fariam parte de um esforço mais amplo de perseguir, através da via multilateral, os interesses nacionais brasileiros. Segundo Mônica Hirst (2012), o Viva Rio merece destaque neste do conjunto de atividades de cooperação realizadas pelo Brasil no Haiti, como visto na citação acima. Ela também invoca a atuação da ONG carioca para destacar que o Haiti significou um *locus* de aprendizagem e experimentação em treinamento humanitário para grupos e organizações civis brasileiras (Hirst, 2017, p. 156).

Análises provenientes da diplomacia brasileira também reforçaram esta tendência argumentativa, em diversas oportunidades. O embaixador Wladimir Valler Filho, ao defender a tese de que a atuação do Brasil no Haiti teria se caracterizado pela utilização de *cooperação técnica como*

instrumento de solidariedade (título de seu livro), cita nominalmente esta mesma ONG como exemplo que fundamentaria sua proposição:

A experiência de projetos em triangulação levaria a UNIDO, a FAO, a Suécia, a Noruega, a Alemanha e o Japão a contatar a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe no sentido de identificarem áreas para igual atuação. A Noruega, em novembro de 2006, financiaria projeto de desarmamento, desmobilização e reintegração, em conjunto com a ONG brasileira Viva Rio, na favela Bel Air, na capital haitiana (Valler Filho, 2007, p. 131).

Foi precisamente esta atuação nas favelas haitianas aquilo considerado o grande aporte que uma organização como o Viva Rio poderia oferecer, dado seu histórico de trabalho nas chamadas comunidades carentes do Rio de Janeiro. Esta era, pelo menos, a percepção daqueles no comando da Missão que convidaram a ONG a ir para o Haiti, onde acabou desenvolvendo uma série de projetos. O general André Novaes Miranda, por exemplo, escreveu um artigo sobre a “pacificação” e posterior “estabilização” da favela de Bel Air. Segundo ele, tais logros foram obtidos mediante a combinação dos esforços de diferentes atores, tanto armados (as tropas da Minustah e da Polícia Nacional Haitiana), como não armados, como os “órgãos civis da ONU”, além de “organizações governamentais e não-governamentais (ONG), e até mesmo da iniciativa privada” (Miranda, 2017, p. 54). Dentre tais atores e ações, ele ressalta o papel da ONG carioca que ora nos ocupa:

Dessa forma, paralelamente à presença militar e às operações seguidas, houve o retorno gradativo dos civis, o que impulsionou definitivamente o bairro em direção à normalidade. Cabe destacar o trabalho da ONG Viva Rio, que liderou algumas dessas iniciativas (Miranda, 2017, p. 56).

Em publicação conjunta do *Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil* (CCOPAB) com o Instituto Igarapé, destinada a fazer um balanço da MINUSTAH e extraindo “lições” para missões futuras (Hamann e Teixeira, 2017, p. 1), a mesma ONG novamente recebe atenção ímpar. Já na apresentação do dossiê reserva-se um item especialmente dedicado a considerar “a visão do Viva Rio e a relação com o BRABATT e outros brasileiros que atuam no Haiti, com vistas a avaliar o que foi aprendido e o que pode ser replicado em outros

contextos” (Sardenberg, 2017, p. 3). Nesta coletânea, o fundador do Viva Rio, Rubem César Fernandes, escreve o artigo final, no qual exalta o trabalho de sua organização naquele país e afirma o desejo de ficar mesmo após o término da Minustah.

O Viva Rio continuará no Haiti por um bom tempo, que espero que seja longo. Fomos capturados pela magia do lugar e seremos parceiros da missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Os locais e as atividades serão de continuidade, com uma inflexão na busca de soluções mais econômicas e sustentáveis (Fernandes, 2017, p. 117).

Em relatório anterior, elaborado por Mostue e Muggah (2009), as ações da ONG Viva Rio eram apontadas como pontos importantes do “exitoso” modelo brasileiro de pacificação. Segundo os autores, “a abordagem diferenciada do Viva Rio oferece um modelo inovador para agentes de fora trabalharem pela estabilização e reconstrução em contextos pós-conflito” (Mostue e Muggah, 2009, p. 78). A proximidade física e social com agentes e redes locais capacitava a ONG para “fazer a mediação” entre uma ampla gama de atores, apoiando com isso seu objetivo de “catalisar” a integração social nas comunidades. Ainda segundo o relatório, o Viva Rio buscou, desde o início, combinar seus esforços no centro da cidade de Porto Príncipe com uma iniciativa mais ampla de elevar o nível de “entendimento” entre os “estabilizadores”, particularmente entre aqueles que usavam a força e aqueles que ofereciam ações sociais dentro da MINUSTAH. Em síntese, o papel de uma ONG como o Viva Rio na complexa engrenagem de uma missão de paz era integrar segurança e desenvolvimento local, tanto em nível *micro*, dentro das comunidades, como em nível *meso*, entre os agentes estrangeiros atuantes no país (2009, p. 78).

Percebe-se, diante de tais exemplos, que a narrativa do *Brazilian way of peacekeeping* ajudou a construir uma percepção política com grande poder de convencimento. Mediante as iniciativas de cooperação técnica e de desenvolvimento local, a participação brasileira no Haiti seria qualitativamente superior às missões e tentativas de construção da paz lideradas por outros países (Siman Gomes, 2014, p. 73), já que a ênfase não recairia mais sobre o intervencionismo militarizado *per se*, mas nas ações sociais, filantrópicas ou de desenvolvimento local oferecidas às comunidades impactadas pela intervenção. No cerne desta

linha argumentativa encontra-se a ONG Viva Rio, que é invariavelmente apresentada como uma peça-chave nesta construção político-discursiva. A presença de um ator da sociedade civil com certo prestígio diante da opinião pública brasileira, tido como comprometido com o tema do desenvolvimento local e da melhoria na qualidade de vida cotidiana das pessoas, demonstraria que o Brasil teria a sensibilidade de entender o problema haitiano a partir de uma visão multidimensional, conforme requisitado pelo mandato da Missão, abandonando assim o exclusivo foco na segurança imperante até então.¹ Ao fim, a impressão transmitida era que a intervenção na ilha caribenha sob o comando brasileiro seria mais amena e menos militarizada, cuja “marca registrada”, segundo o governo brasileiro, seria “a atitude respeitosa e não truculenta –de verdadeira parceria com a população local” (Lula da Silva, 2014, s/p/). Uma militarização humanizada, por assim dizer. Um embaixador brasileiro no Haiti durante a Missão sintetizou assim esta visão:

O Brasil tencionava com sua presença militar no Haiti dar uma nova dimensão às operações de paz, criar um novo paradigma de operações de paz, mais voltado para o desenvolvimento e a recomposição do tecido social do país (Kipman, 2009: 59).

A repetida tese sobre o *sucesso* do Brasil no Haiti baseia-se, deste modo, em repetidas argumentações sobre as razões de tal façanha, dentre as quais elenca-se a ênfase em projetos sociais, que por sua vez tomam o trabalho do Viva Rio como um caso exemplar. É importante, pois, realizar uma análise mais detida sobre o trabalho desenvolvido no Haiti por esta ONG a fim de verificar se tal construção discursiva se sustenta e, mais importante, que tipo de sucesso foi de fato conquistado mediante sua atuação. Em seguida, será importante inserir o modelo de trabalho implementado no Haiti na história mais ampla do Viva Rio desde a sua fundação, em 1993, até os dias atuais, quando se tornou uma “empresa social” internacionalizada após sua passagem pela MINUSTAH, de modo a gerar mais subsídios para uma reflexão crítica acerca deste tipo de atuação.

A principal objeção que será apresentada diz respeito ao fato de que o *sucesso* desta ONG teria mais relação com as técnicas de controle da explosividade de segmentos populacionais marginalizados do que com a transformação substantiva do ambiente de injustiça social, se-

gregação racial e exploração econômica a que estão submetidos. Nos termos analíticos aqui propostos, isso significa dizer que mediante táticas de produção de *hegemonia* foram sendo consolidados processos de *securitização* bem-sucedidos, que reforçam –em vez de atenuar– a lógica da militarização, a partir de sua legitimação local.

2. Viva Rio no Haiti: projetos, metodologias e técnicas

2.1 *Estratégia de penetração nos territórios: tornar-se um ator indispensável*

Os dois primeiros anos da MINUSTAH, 2004 e 2005, foram marcados por violência e instabilidade política no Haiti. Tanto a criminalidade associada ao tráfico de drogas quanto forças leais ao presidente deposto e exilado, Jean Bertrand Aristide, dificultavam a tarefa de estabilização. O cenário, portanto, era de conflitos multifacetados e imbricados, apresentando aspectos políticos, sociais e bélicos. Diante disto, lideranças militares e da ONU decidiram que era necessário adaptar os rumos e a dinâmica da missão. O caminho escolhido foi a adoção dos protocolos de DDR (Desmobilização, Desarmamento e Reintegração), que já constavam do mandato original da intervenção e são utilizados em outras missões de paz e estabilização. A ideia era que seria necessário estabelecer canais de diálogo entre os interventores e os diferentes grupos armados. O intuito de implementar tal programa era lograr sentar-se com as partes em conflito para negociar o fim das hostilidades e, em troca, ajudar na reintegração e reinserção na sociedade dos diferentes grupos e pessoas envolvidas com a violência no país.

No entanto, a constatação por parte dos quadros que compunham o programa DDR era de que os conflitos armados que agitavam o Haiti possuíam características diferentes daquelas que a ONU estava acostumada a lidar. No caso do Haiti e, particularmente, em algumas áreas da capital Porto Príncipe, a ONU e o programa DDR chegaram à conclusão de que mais do que uma guerra civil clássica, a dinâmica da violência no país, principalmente em Porto Príncipe, contava com componentes de conflito aberto entre vários bandos armados e, de acordo com sua linguagem, com ingredientes de banditismo. Dentro dessa visão, conforme expresso pelo ex-coordenador do Viva Rio no

Haiti, o antropólogo Pedro Braum, o quadro de violência no Haiti parecia se assemelhar mais ao que ocorria nas favelas da América Latina, especialmente nas do Rio de Janeiro, do que em outras situações nas quais a ONU tinha experiência prévia (Braum, 2014: 403).

Diante desse diagnóstico, foi feito o convite para que o Viva Rio participasse da MINUSTAH. Segundo a própria ONG, a experiência adquirida em mediação de conflitos nas favelas do Rio de Janeiro capacitava a organização a trabalhar no Haiti. Notadamente, os primeiros trabalhos do Viva Rio no país foram feitos junto ao programa DDR, sendo que, entre 2005 e 2006, a ONG trabalhou na realização de consultorias e de pesquisas que tinham como foco compreender a “racionalidade” envolvida no uso da violência dos chamados “bandos armados”. A equipe de trabalho era formada por brasileiros e pessoas indicadas pelo programa DDR e por agências da ONU, sobretudo as que financiaram os projetos de desarmamento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Braum, 2014: 404).

O passo seguinte seria pensar em estratégias de atuação e marcar sua posição dentro da MINUSTAH. Em 2006, o Viva Rio realizou uma pesquisa e um censo em Bel Air, uma área importante para a Missão, com o objetivo de conhecer melhor as características demográficas do bairro e identificar, segundo a opinião dos seus moradores, quais eram os principais problemas da comunidade. A partir dos resultados da pesquisa, a ONG elaborou um amplo projeto com dois focos: “segurança e desenvolvimento”. O foco na segurança compreendia prioritariamente a redução das taxas de homicídios, enquanto o foco no desenvolvimento visava a reabilitação da infraestrutura da região, notadamente para aquelas áreas e serviços considerados deficitários, como acesso à água e coleta de lixo (Braum, 2014: 404).

Em 2007, já com financiamento dos governos do Canadá e da Noruega, o Viva Rio iniciou oficialmente suas atividades na Grande Bel Air por meio de três programas principais: *Água, Mulheres e Saúde*; *Lixo Não Tem Pé*; e *Tambor da Paz*. Esses programas faziam parte de um projeto guarda-chuva maior chamado *Honra e Respeito por Bel Air*. O segundo programa, por exemplo, tratava da coleta de resíduos sólidos, limpeza dos canais por onde escoavam as águas das chuvas e do esgoto, sendo o que mais gerou empregos. No seu auge, foram contratadas mais de 200 pessoas para ficarem responsáveis pela limpeza dos canais, coleta

de lixo, colocação e recolhimento de caçambas por caminhões (Braum, 2014: 404).

Pensando em fomentar a sua aproximação com a população local, o Viva Rio construiu, em 2009, a sua sede em Bel Air, nomeando-a de *Kay Nou*, que em *créole* significa “Nossa/Vossa Casa”. Neste espaço foi montado um centro comunitário com atividades para os moradores do bairro. A expectativa era que, por meio de atividades culturais, pouco a pouco se fosse conquistando a confiança da população e consolidando a posição da ONG na comunidade. Segundo o Viva Rio, por meio das trocas culturais seria possível penetrar no território, gerando confiança junto ao público-alvo, os moradores. A partir disso, outras ONGs, autoridades do governo haitiano ou até militares da MINUSTAH que visitavam Bel Air passaram a identificar o Viva Rio como um ator importante do bairro (Fernandes, 2017, p. 114). O resultado desse processo de aproximação é que a ONG passou a ser percebida por atores locais e internacionais como um “guardião” para a implementação de projetos sociais em Bel Air. Uma frase que ilustra essa influência na gestão social do bairro é: “Se você quer entrar em Bel Air, precisa antes passar pelo Viva Rio” (Mostue e Muggah, 2009: 93).

Nessa área de Bel Air dificilmente poderia ser feito alguma coisa sem a parceria da Viva Rio. Ela já estava lá há alguns anos, ela já conhecia muita gente, ela exercia um protagonismo nos trazendo essas demandas. Algumas coisas ela mesmo já fazia. Fazia capacitações de trabalho, oficina de capoeira, ela tinha as iniciativas dela, mas algumas coisas ela não tinha capacidade, aí ela pedia apoio e ajuda do exército (Lima, 2018).²

Como estratégia, portanto, o Viva Rio procurou se estabelecer como um intermediário indispensável no local. E quando não conseguia agir por si só, “pedia apoio e ajuda do exército”, como visto na citação anterior. Diferente de outras ONGs que entram no território, realizam o seu projeto e depois saem da comunidade, o Viva Rio tem como objetivo ficar no local e criar vínculos com a comunidade (Santos, 2019). Segundo os seus diretores, essa estratégia permite ganhar a confiança da população mediante uma abordagem baseada na ideia de que é possível estabelecer uma lógica cooperativa como forma de resolução do conflito. O foco é no trabalho de mediação, diálogo e comunicação com os atores-chave da comunidade, buscando neutralizar os precon-

ceitos, resistências e julgamentos “errados” que, na visão da Viva Rio, são muitas vezes o motor dos conflitos (Schuberth, 2017: 436).

2.2 *Tambor da Paz: Pacificação via assistencialismo, recompensas e cooptação*

O *Tambor da Paz* (*Tanbou Lapè*) foi o principal programa desenvolvido pela ONG na tentativa de pacificar e mediar os conflitos em Bel Air. Considerado pelo Viva Rio como uma medida inovadora na redução da dinâmica de violência, o programa teve início no começo de 2007 e tinha como objetivo estabelecer uma relação de confiança com as 2.983 pessoas da comunidade por meio de um sistema de premiação por bom comportamento dos moradores, bem como das lideranças locais.³ O ponto de partida era traçar um diagnóstico das estruturas de poder local para posteriormente negociar acordos de paz com lideranças comunitárias popularmente reconhecidas e já legitimadas na região (Mostue, Muggah, 2009: 93).

Os acordos estabeleciam, basicamente, que a cada mês sem conflitos coletivos com mortes premiava-se a algum membro da comunidade. Essas premiações costumavam ocorrer na forma de bolsas de estudos para as crianças do bairro com idade escolar. A ONG organizava festas e shows com artistas locais e nacionais para sortear os prêmios e celebrar os acordos. A condição colocada pelo Viva Rio era de que, para o sorteio das bolsas e os shows acontecerem, as taxas de homicídios deveriam apresentar trajetória de queda, e todos os quarteirões do bairro tinham que passar um mês sem mortes violentas para terem direito aos prêmios (Braun, 2014: 405). O diretor da ONG na época, Rubem César Fernandes (2010) defendeu o programa argumentando que “quando não há conflito, todos no bairro ganham, mas na violência, todos perdem, não importa onde, por quem e por que ela começou” (Fernandes, 2010: 7).

Como forma de encorajar a adesão dos líderes comunitários, a partir de 2008 motocicletas e *laptops* também foram integrados aos prêmios. Para a ONG, os prêmios eram uma forma de incentivar as lideranças das bases comunitárias a serem corresponsáveis pelo desenvolvimento e difusão de uma cultura de não-violência entre os moradores do bairro. Além das festas, eram realizadas reuniões mensais com os líderes da

comunidade, a Polícia Nacional Haitiana, autoridades da MINUSTAH e representantes do Viva Rio para discutir a situação e a frequência dos casos de violência na região (Mostue, Muggah, 2009: 93).

Um aspecto importante no funcionamento do programa *Tambor da Paz* foi a necessidade de identificar as lideranças comunitárias que poderiam fazer o papel de articulador entre o Viva Rio e o restante da comunidade. O líder comunitário é a pessoa com a qual a ONG fazia o primeiro contato dentro da comunidade (Oliveira, 2015: 51). Mediante a aproximação com essa liderança é que se definia o diagnóstico da situação local, com o intuito de organizar e planejar a melhor forma de atuar naquele território. Deste modo, o líder comunitário acabava fazendo um papel de articulador e mediador entre a inserção das ações da ONG, a comunidade e os demais atores que compõem aquele espaço, incluindo as forças militares (Oliveira, 2015: 51). Idealmente, o líder comunitário deveria ser morador da comunidade ou pelo menos ter familiaridade e disponibilidade para atuar naquele território. O perfil almejado é sempre de um morador ou moradora que pertença a sua base e seja por ela reconhecido como líder, ao mesmo tempo que também seja identificado por entidades no plano da política nacional e das organizações internacionais como uma pessoa que consiga mobilizar os moradores do bairro para reuniões, assembleias ou atividades de grupo; em suma, que tenha legitimidade social prévia e capacidade organizativa.

Além disso, o Viva Rio entende que o líder deve ter outras qualidades como propensão ao diálogo, construção de redes de relação, sensibilidade, estabelecimento de uma relação de confiança com diferentes interlocutores e poder de integração (Neiburg, Nicaise, Braum, 2011: 14). Os responsáveis pela implementação deste programa destacaram que na figura dos líderes comunitários de Bel Air encontrava-se as seguintes características: (i) a maior parte deles tinha entre 20 e 40 anos; em geral as pessoas tornam-se líderes quando estão na faixa dos 20 anos de idade; (ii) tradicionalmente, as lideranças sempre foram do sexo masculino, entretanto, começava a haver lideranças do sexo feminino, em geral, com diplomas técnicos ou universitários e conhecimento de idiomas; (iii) todos possuíam uma formação escolar bem acima da média, independentemente da geração, do gênero e do perfil da liderança; (iv) os líderes têm uma origem familiar economicamente

superior às famílias de menores recursos da região, sendo que a maior parte das mães das lideranças é comerciante, alguns dos pais foram empregados do governo, membros do exército ou exerceram atividades remuneradas acima da média da comunidade (2011: 43).

No ano de 2011, 105 líderes comunitários de variadas regiões de Porto-Príncipe (Bel Air, Delmas 2, Fort National, Bastia, Fort Tournon, La Saline, Solino, Pont Rouge, Wharf Jérémie, Fort Dimanche e St. Martin) assinaram um acordo de paz articulado pelo Viva Rio. Neste acordo estava previsto o sorteio de 51 bolsas de estudos para crianças em idade escolar da região, 17 bolsas de treinamento profissional oferecido aos músicos e 1 motocicleta para alguma liderança comunitária. Como já mencionado, os sorteios desses prêmios para as pessoas estavam condicionados ao comportamento da comunidade e da redução dos índices de violência.

2.3 *Terremoto, perda de protagonismo e adaptações*

Antes do terremoto de janeiro de 2010, o clima de otimismo tomava conta dos membros do Viva Rio. A taxa de homicídio no bairro de Bel Air tinha caído de 26 mortos por 100 mil habitantes entre 2006-2007 para 17 mortos entre 2008-2009. Nos relatórios da ONG havia relatos de que as comunidades vizinhas, como Cité Soleil, pressionavam a organização para iniciar projetos em seu território (Schmitz, 2013: 98).

Entretanto, o cenário mudou drasticamente a partir de 12 de janeiro de 2010. No terremoto de 7.0 graus de magnitude, pelo menos 200 mil pessoas morreram, 300 mil ficaram feridas, 4 mil tiveram as pernas ou os braços amputados, e mais de um milhão ficou desabrigada.⁴ Além do abalo sísmico e na sociedade haitiana, houve também uma forte alteração na dinâmica de trabalho do Viva Rio, sobretudo na sua estratégia de aproximação com as lideranças comunitárias. Segundo a ONG, a história dos trabalhos no Haiti se divide em antes e depois do terremoto. Para Rubem César Fernandes (2017), antes havia progresso e sinergia, e depois restou a resiliência e a capacidade de resistir à adversidade (2017: 115). Neste contexto, o vínculo com as forças armadas da intervenção foi ainda mais reforçado.

O bairro de Bel Air foi uma região extremamente afetada e a sede do Viva Rio virou um campo de deslocados e desabrigados por noventa dias depois do terremoto (Fernandes, 2017: 115). Para a ONG foi um período difícil pois, diante da desorganização que havia na sociedade, o cenário para as ONGs, agências de ajuda e outros parceiros da MINUSTAH mudou sensivelmente. Este novo cenário conseqüentemente transformou as prioridades da Missão. “Muita gente da comunidade morreu, muita gente perdeu sua casa, pessoas amputadas, crianças sem os pais, eram algumas das situações que agora tinham que lidar” (José Roberto, Entrevista). A sequência anterior dos projetos teve que ser interrompida.

Três meses depois eu reencontrei o pessoal da Viva Rio num novo treinamento de brigadas comunitárias, mas eu percebi que as atividades da ONG estavam enfraquecidas. Antes do terremoto a preocupação era melhorar a educação, inserção profissional, etc... Depois, o foco foi todo direcionado para as questões e as necessidades emergenciais. Dentro das minhas limitações, entendo que a Viva Rio perdeu um pouco o brilho devido a essa enxurrada de apoio externos. Eu não diria nem ONGs necessariamente, mas das agências voltadas para ajuda em situações de emergência. Muita gente da Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras etc (Lima, 2018).

Essa mudança de cenário obrigou o Viva Rio a encontrar um outro sentido para as suas atividades (Lima, 2018). Entre as novas iniciativas da ONG estiveram a implantação de sistemas de distribuição e purificação de água, construção de toaletes, coleta de lixo, distribuição de barracas e, num segundo momento, doação de comida (Braun, 2014, p. 67). Neste período, o Viva Rio participou de ações que envolviam a distribuição de alimentos junto com os soldados da MINUSTAH. A tarefa consistia essencialmente em organizar a atividade pois, segundo a ONG, algumas operações, sobretudo envolvendo atores estrangeiros, resultavam em tumulto e confusão (Markey e Zengerle, 2010). Para garantir a distribuição de comida de forma ordeira, no dia anterior eram fornecidas senhas somente para as mulheres e, no dia do evento, a tropa ficava em toda região do bairro fazendo o patrulhamento e isolando a área em cerca de 2 km. Além disso, havia carros de som avisando aos moradores sobre a atividade, panfletos distribuídos e

todo um trabalho para organizar a fila e garantir que a comida fosse entregue em segurança. Segundo Lima (2008), o diagnóstico era de que a forma como o Brasil (isto é, suas forças militares em conjunto com o Viva Rio) distribuía comida e planejava as ações humanitárias era um sucesso.⁵

Passado o choque inicial do terremoto, o período seguinte foi marcado por discussões em torno do tema da reconstrução do país. Em março de 2010, em Nova York, foi realizada a *Conferência dos Doadores por um Novo Futuro do Haiti* e foi definida a quantia de 11 bilhões de dólares destinada à reconstrução (Fernandes, 2017: 116). Segundo o Viva Rio, os procedimentos burocráticos para a elaboração e análise dos projetos de reconstrução tinham uma dinâmica morosa e ineficiente. Gestores responsáveis por selecionar e avaliar as ações voltadas para reorganização dos serviços prestados pelas ONGs ficavam pouco tempo no cargo. O acesso a recursos não estava mais garantido como antes. Por um lado, a reconstrução pós-terremoto reforçou a participação de ONGs e entidades privadas na prestação de serviços no Haiti. Por outro, contudo, ocorreu uma mudança sutil. As organizações que tiveram mais protagonismo nesse momento foram aquelas ligadas à ajuda humanitária e voltadas para situações de emergência, no curto prazo. Como a estratégia do Viva Rio era buscar financiamento para projetos a longo prazo, esta ONG agora estava em posição secundária na percepção das principais fontes de financiamento.

O dinheiro caminha para as situações de emergências humanitárias. Por exemplo: Tem o terremoto no Haiti, aí o dinheiro e consequentemente muitos projetos vão para o Haiti, mas pode acontecer de ter um tsunami em algum lugar na Ásia, aí o dinheiro vai todo pra lá. Neste sentido, o quadro de funcionários muda muito de tempos em tempos (De Souza, 2018).⁶

Felizmente para o Viva Rio, o PNUD iniciou um programa chamado de *Cash for Work*, com a parceria de algumas ONGs, para tentar aliviar o quadro precário da infraestrutura da capital haitiana. O programa consistia em iniciativas que iam da “limpeza das ruas ou a remoção de escombros e que empregavam o maior número possível de pessoas por um salário baixo e por pouco tempo – para que em seguida outras pessoas fossem contratadas” (Braun, 2014: 73). O principal objetivo era a geração de empregos e a injeção de dinheiro na economia local da

cidade de Porto Príncipe. O Viva Rio administrou um projeto dentro deste programa destinado à limpeza de canais na área de Cité Soleil e outros dois na Grande Bel Air.

O cenário para as questões de segurança e violência, que sempre foi um ponto fundamental para o trabalho do Viva Rio, também apresentou mudanças. Embora o crime violento tenha diminuído desde o seu auge em 2005, o terremoto criou novas vulnerabilidades e fomentou um aumento do crime em relação aos anos anteriores (Berg, 2010). Entre 2010, 2011 e 2012 a região de Bel Air testemunhou a eclosão de uma série de guerras entre suas facções, contribuindo significativamente para o crescimento da taxa de homicídios e para o incremento dos assaltos na região (Braum, 2014: 222). Era quase impossível para ONGs ou atores externos obterem acesso seguro nas comunidades de Porto Príncipe naquele momento. No período pós-terremoto, o fluxo de recursos e excesso de atores alterou bruscamente as relações sociais entre os grupos armados, moradores e as ONGs. Os grupos sabiam que com o trânsito de ONGs e de projetos, também transitavam dinheiro e recursos. Para não colocar em risco a vida dos trabalhadores humanitários e do seu pessoal administrativo, as ONGs frequentemente se encontram em situações nas quais pagavam para as lideranças de gangues para garantir a segurança de seus funcionários ao executar projetos dentro das comunidades (Schuberth, 2016: 95).

Neste cenário, segundo dados do relatório intitulado *Haiti's Urban Crime Wave?*, do Instituto Igarapé, entre 2011 e 2012 as articulações do Viva Rio com as lideranças locais não estavam mais surtindo efeito na redução da violência. Apesar de destacar que não exista um fator único que possa explicar o aumento da violência, o relatório chama atenção para a flutuação dos fluxos financeiros que entravam nas áreas populares de Porto Príncipe, intermediados por organizações internacionais com pouca experiência. Isso alterava as formas tradicionais de se relacionar com as lideranças comunitárias da forma como era o trabalho do Viva Rio (Kolbe & Muggah, 2012: 9). Seu protagonismo tinha sido perdido e suas estratégias e metodologias de trabalho não funcionavam mais como antes. Restava-lhe o estreitamento dos laços com o braço militar da MINUSTAH e demais atores internacionais como forma de manter-se presente nas engrenagens da intervenção.

3. Da pacificação à empresa social: trajetória, agenda política e tecnologias sociais

A ONG Viva Rio foi fundada em 1993 no bojo da crise social e do quadro de violência urbana que assolavam a cidade do Rio de Janeiro. Naquela época, uma série de eventos violentos mobilizou a sociedade carioca em torno do tema da segurança pública e das ações policiais. Um desses eventos foi a Chacina da Candelária, em 23 de julho do mesmo ano, no centro da cidade, quando oito jovens que dormiam ao redor de uma banca de jornal foram assassinados por policiais militares à paisana durante a madrugada. Cerca de um mês depois, em 29 de agosto, outra chacina policial, a de Vigário Geral, na favela de mesmo nome, registrou a morte 21 moradores da comunidade e colocou de vez o tema da violência estatal (incluindo grupos de extermínio formados por policiais e ex-policiais) no centro do debate público. O temor quanto a uma reação violenta, ou revanche popular, era grande. Além disso, só no ano de “1992 foram registrados 424 homicídios dolosos contra menores no estado do Rio de Janeiro. Fazendo um recorte somente dos meses de janeiro a julho de 1993, foram 348 menores assassinados no estado” (Caçador, 2016: 19).

O clima de tensão social também foi simbolizado pelos chamados “arrastões”. Desde o ano anterior, quando uma candidata negra e moradora de uma favela chegou ao segundo turno da eleição municipal, a grande imprensa intensificou a cobertura de supostos tumultos nas praias da Zona Sul.⁷ Nos domingos de sol, cenas de correria passaram a fazer parte da narrativa midiática sobre aqueles espaços considerados cartões-postais da cidade. Editoriais dos principais jornais e âncoras de rádio e televisão cobravam uma ação mais enérgica da polícia.

Tais acontecimentos foram fundamentais para que atores como o Viva Rio ganhassem espaço nas agendas de repúdio à chamada onda de violência urbana. Na sequência desses episódios, significativas parcelas da opinião pública carioca e da sociedade civil organizada demandavam diagnósticos e tentativas de compreensão sobre os motivos, bem como as condições sociais que estariam gerando tal quadro de violência. Algumas análises, imbuídas de maniqueísmo, apontavam que as mazelas da violência seriam fruto de uma cidade marcada pela exclusão, uma “cidade partida”, com duas realidades que se opunham e se chocavam cotidianamente. Ou seja, haveria uma parte da cidade

conhecida mundialmente pelo turismo, pela beleza e pela alegria que se chocava com a outra parte, onde os escondidos pela pobreza e pelo abandono do poder público tentavam encontrar os meios de sobrevivência. Em síntese, haveria a cidade do morro e a cidade do asfalto (Caçador, 2016: 19).

Foi nesse contexto e a partir desta visão dualista que o sociólogo e ativista da área de direitos humanos Herbert de Souza, o Betinho, e o antropólogo Rubem César Fernandes decidiram articular um movimento amplo capaz de responder à onda de violência. Através da participação de diversos setores da sociedade carioca como intelectuais, empresários, jornalistas, lideranças comunitárias e artistas, seu objetivo era idealizar estratégias que mobilizassem a sociedade civil e o Estado para criarem uma *cultura de paz* que fosse capaz de superar a cultura do medo e do conflito (Bergier, 2015). Assim, o Viva Rio nascia como uma iniciativa que tentava mobilizar e articular diferentes grupos e atores sociais, a partir da liderança de quadros da classe média e da elite local, em torno do problema da violência e da segurança pública. Os alvos das ações seriam os territórios de periferias e favelas, onde projetos sociais capitaneados pelo Viva Rio e seus parceiros teriam a função de levar a propalada *cultura de paz* mediante atividades recreativas, artísticas e esportivas.

Em mais de 25 anos de existência a ONG cresceu, ampliou suas bandeiras e, notadamente, sua magnitude. As oportunidades de atuação foram alargadas na medida em que o trabalho se diversificava e as fontes de financiamento também. Hoje em dia, o Viva Rio não se define mais como uma ONG e sim como uma *empresa social*. Até mesmo um fundo de investimentos no mercado financeiro foi aberto, permitindo que se opere com um patamar elevado de gastos, não mais dependendo exclusivamente de projetos de cooperação e doações.⁸ Suas fontes de financiamento incluem vultosos recursos públicos advindos, por exemplo, da participação em licitações para operar serviços de clínicas de saúde no Rio de Janeiro.⁹ O mercado esportivo também foi adentrado pelo Viva Rio, que criou sua própria equipe de futebol profissional, atuante nas divisões de base do Rio de Janeiro, com jogadores ‘revelados’ no Haiti e importados para jogar pelo time cujo nome, sugestivo, é *Pérolas Negras*.¹⁰ Em suma, o Viva Rio se tornou uma organização de grande porte, participando ativamente da vida social das comunidades

do Rio de Janeiro, não apenas pela prestação de serviços assistenciais, mas também pela sua capacidade de se constituir como ator político importante na manutenção da ordem social, ao mesmo tempo em que consolidou uma relação amigável e de parceria com o Estado, meios de comunicação e o setor privado.

Suas tecnologias de inserção territorial e gestão de territórios considerados carentes ou periféricos qualificam esta entidade a desempenhar papéis de crucial importância para o avanço de um modelo liberal de desenvolvimento (entendido como modernização) e paz. É ilustrativo o caso em que o Viva Rio foi chamado para pacificar e fazer a mediação em uma comunidade da cidade de Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro. Como já mencionado, a experiência adquirida nos programas de mediação de conflitos nas favelas cariocas oferece um saber, uma técnica, uma capacidade operacional valiosa, que hoje é vendida explicitamente como um serviço. O caso de Itaboraí não deve ser negligenciado nesta reflexão por ser ilustrativo de como a dinâmica de penetração territorial ocorre na prática e a quais fins atende. Em 2014, o Viva Rio foi contratado pela empresa de energia *Ampla*¹¹ para fazer uma parceria e desenvolver um trabalho de pacificação numa comunidade chamada Reta. A iniciativa surgiu devido à impossibilidade de a empresa entrar na comunidade e cobrar pelo fornecimento de energia elétrica. Diante de tal impedimento, o problema que se colocava para a *Ampla* era o fato de que na comunidade da Reta cerca de 85% da energia consumida pelos moradores era adquirida de maneira considerada ilícita.

Inicialmente, a suspeita da empresa e da ONG era de que traficantes de drogas que exerciam certo poder na comunidade estavam se beneficiando dessa ilegalidade e, de alguma forma, lucravam com a situação (Santos, 2019). Diante disso, a empresa entrou em contato com o Viva Rio para elaborar um plano de trabalho na comunidade. O objetivo era viabilizar a entrada da *Ampla* no local para poder realizar a manutenção das redes de energia, a instalação de novos equipamentos, atender solicitações de novos clientes e, principalmente, reverter o problema do consumo não pago de energia. Dentro da sua estratégia de criar vínculos com as pessoas do local, o Viva Rio fez uma reunião com algumas lideranças da comunidade, como pastores de igrejas, dentre outros, decidindo em seguida construir uma sede

própria da ONG naquele território (Santos, 2019). Uma vez dentro da comunidade e com a sua sede construída, o Viva Rio começou a promover suas ações sociais e conquistar a simpatia dos moradores por meio de programas voltados principalmente à juventude, nas áreas de capacitação profissional e esportes.

Na sequência, o Viva Rio organizou campeonatos de futebol, cursos de artesanato, informática, pintura, ensino médio e ensino fundamental, dentre outras atividades. Na medida em que a ONG trabalhava na comunidade e os programas iam sendo implementados, a confiança dos moradores foi sendo conquistada e, assim, o Viva Rio pôde perceber que as pessoas ligadas ao tráfico de drogas não eram os responsáveis pelo impedimento da *Ampla* entrar na comunidade, nem pelo roubo de energia. Os traficantes não estavam se beneficiando dessa ilegalidade, mas sim algumas pessoas ligadas à associação de moradores. Depois disso, o Viva Rio também percebeu que o tráfico não era um obstáculo para a sua atuação na comunidade, pelo contrário, na verdade até apoiava as iniciativas e os programas sociais da ONG (Santos, 2019). O passo seguinte foi fazer a articulação com atores-chave da comunidade não envolvidos com a associação para garantir que a empresa de energia pudesse entrar no local com segurança e reverter os chamados ‘gatos’ de luz. Em dois anos de trabalho na comunidade da Reta, o resultado foi a troca de praticamente toda infraestrutura da rede elétrica, bem como a diminuição nos casos de consumo não pago de energia que, antes do Viva Rio chegar, alcançava cerca de 85%, sendo reduzido para apenas de 5% após o trabalho social-filantrópico realizado neste território (Santos, 2019).¹²

Apesar das realidades serem diferentes entre a comunidade da Reta em Itaboraí e o bairro de Bel Air em Porto Príncipe, a dinâmica de trabalho da ONG segue uma lógica semelhante. O fundamento das ações é entrar na comunidade, oferecer serviços e programas sociais e, por meio deles, ganhar a confiança da população, conquistando os ‘corações e mentes’ dos moradores-alvo. Trata-se de uma estratégia bem-sucedida de inserção territorial e social, que pode ser replicada para fins de legitimação, junto à população-alvo, de intervenções militares ou econômicas em suas comunidades. Em muitos casos, ademais, tanto no Haiti como nas operações de instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, o nexo entre

militarização e avanço das forças de mercado foi estreito, fazendo do tipo de trabalho oferecido pelo Viva Rio um importante elemento nas engrenagens, discursivas e práticas, que unem *segurança e projetos sociais* em nível local.

Este portfólio de casos de sucesso em projetos desta natureza conduz o Viva Rio a ocupar cada vez mais espaços, dentro e fora do Brasil. Após a passagem pelo Haiti, seu crescimento financeiro e a amplitude territorial de sua atuação parecem não conhecer mais limites dentro do chamado Sul Global. Sua especialidade é o trabalho em periferias, urbanas ou mundiais, de preferência em locais conhecidos por sua negritude e onde elementos da cultura diaspórica, por exemplo, aulas de capoeira ou percussão, possam ser instrumentalizados para os fins dos interventores militares e econômicos externos.

Trata-se de um sucesso para si mesmo também, em termos de sustentação financeira e visibilidade de mercado de sua marca (*branding*, no jargão empresarial), além da função (geo)política que a ONG agora oferece como serviço. Nas palavras de seu fundador:

Acredito que o Haiti capacitou o Viva Rio para engajar-se em outras missões de paz. Ensinou-nos também a trabalhar em territórios estrangeiros, em colaboração estreita com as Forças Armadas brasileiras. Estamos, aliás, em Goma, na República Democrática do Congo, com o “Gingando pela Paz” e contamos ali com a participação de capoeiristas que formamos em São Gonçalo, no Estado do Rio, e em Bel Air, no Haiti. Os pés no chão, como na infantaria, e a cabeça além-fronteiras (Fernandes, 2017: 117).

4. A “mão amiga” da militarização brasileira: securitização via hegemonia

Tendo em vista as dinâmicas de intervenção territorial observadas até aqui, é possível propor uma leitura sobre o papel desempenhado pelo Viva Rio no Haiti a partir da combinação de duas vertentes teóricas em voga nos estudos críticos sobre intervenções humanitárias contemporâneas. Por um lado, o emprego de práticas coercitivas ao lado de ações

filantrópicas que buscam facilitar tais operações mediante a conquista de corações e mentes, isto é, da busca de algum grau de consentimento entre as populações-alvo, permite que se analise tais dinâmicas mediante perspectivas neo-gramscianas calcadas no conceito de *hegemonia*. Por outro lado, o tratamento militarizado de diversas temáticas (sociais, econômicas, políticas, ambientais) existentes na sociedade haitiana revela que a Missão, como um todo, reveste-se de características que os estudos críticos da *securitização* apontam como problemáticas, devido ao seu caráter despolitizante e afirmador do poder estabelecido. Tomadas em conjunto, ambas as opções analíticas permitem sugerir a hipótese de que, longe de substituir a vertente da segurança pela do desenvolvimento, o propalado sucesso da MINUSTAH seria melhor entendido como um caso de *securitização* extremado e aperfeiçoado pela *hegemonia* proporcionada por forças sociais como o Viva Rio e suas técnicas de legitimação dos projetos militaristas.

4.1 *Hegemonia e o projeto da Paz Liberal*

No início dos anos 1980, Robert Cox foi pioneiro na introdução das concepções gramscianas nos estudos de Relações Internacionais. Um de seus artigos mais influentes (publicado no Brasil somente em 2007) defendia a pertinência do conceito de *hegemonia* como parte do método apropriado para se “compreender os problemas da ordem mundial” (Cox, 2007: 101). Desde então, os estudos gramscianos de RI cresceram em várias direções e sub-campos de investigação dentro da disciplina, incluindo análises especificamente voltadas para as chamadas intervenções humanitárias da Paz Liberal. Ian Taylor (2010), por exemplo, lança mão deste instrumental teórico para realizar sua “crítica gramsciana” do intervencionismo ocidental no pós-Guerra Fria. Para ele, missões como a MINUSTAH fazem parte de um projeto de governança global levado a cabo por uma conjunção de forças sociais que se beneficiam da globalização capitaneada pelo mercado (2010: 154-155). Para facilitar o processo de acumulação de capital em escala global, uma série de *intelectuais orgânicos* dissemina ideologias desenvolvimentistas e neoliberais em sociedades pós-conflito, promovendo não apenas privatizações em larga escala, mas, principalmente, substituindo os valores locais, calcados no bem-estar coletivo, por valores como empreendedorismo e individualismo, destinados a garantir a expansão do capitalismo como um projeto global (2010: 156).

Esta “agenda normativa”, diz Taylor, é “hegemônica” no seio das Nações Unidas e suas agências voltadas para operações de construção da paz, dado que entre seus protagonistas há um “consenso” sobre a necessidade de impor tais valores a fim de que se alcance uma paz sustentável (2010: 157).¹³ Desta forma, não surpreende que a própria MINUSTAH tenha convidado o Viva Rio para atuar na Missão, uma vez que suas práticas no Haiti podem ser compreendidas mediante esta lente analítica, que privilegia o olhar sobre os esforços por transformar o senso comum em uma direção simpática aos valores neoliberais.

Como visto na seção anterior, um dos métodos empregados pelo programa *Tambor da Paz* era uma recompensa financeira às comunidades que adotassem a postura almejada pelas forças de pacificação, fortalecendo o desejo por ganhos monetários e propriedade privada sobre mercadorias como *laptops* e motocicletas. Além disto, o foco na cooptação de lideranças locais já legitimadas pelas comunidades –outra tática basilar do programa– também se encaixa nas proposições gramscianas, posto que, em geral, esta abordagem enfatiza o papel da *liderança moral e intelectual* nos processos de construção de hegemonia.¹⁴ O mesmo programa também legitimava a lógica do privilégio privado sobre a lógica do serviço público, ao sortear bolsas de estudo e cursos profissionalizantes para poucos membros da comunidade em vez de propagar junto à mesma valores ligados à educação como direito universal. Outro programa, o *Cash for Work*, também se enquadra nesta pedagogia da hegemonia, ao postular a precarização laboral como solução para os problemas de desemprego e pobreza, já que segundo seus próprios gestores, tratava-se de empregos com “salário baixo e por pouco tempo”, como visto na seção anterior. O objetivo final, deste modo, não era a transformação qualitativa do nível de vida daquelas pessoas, mas a contenção de sua possível revolta mediante esforços filantrópicos e assistencialistas parciais e ideologicamente orientados para desarmar resistências e produzir consentimento.

Este tipo de pacificação resultante das intervenções militares multilaterais está inscrito, segundo autores como Michael Pugh (205), em uma particular economia-política da construção da paz. Trabalhando com concepções teóricas próximas às de Taylor (2010), ele enxerga nestas práticas uma tentativa de imposição de um modelo liberal de democracia (“democracia de mercado”) e de uma forma específica de

economia, que ele chama de “ideologia da globalização”, centrada na abertura de mercados, desregulação e privatizações (2005, p. 33). Tal “projeto da Paz Liberal” seria destinado a expandir o neoliberalismo para regiões previamente renitentes (2005, p. 23), como era o Haiti sob a liderança de Jean Bertrand Aristide, padre seguidor da Teologia da Libertação e considerado um obstáculo aos interesses das firmas multinacionais na ilha caribenha. Após sua deposição, em 2004, iniciou-se a Minustah. Junto com ela, veio o trabalho do Viva Rio em favelas da capital haitiana onde o ex-presidente possuía uma base de apoio muito forte e, naturalmente, onde a população inicialmente rejeitava a intervenção estrangeira. As técnicas desenvolvidas para a contenção da explosão social em Vigário Geral, nos anos 1990, também puderam ser empregadas para o mesmo fito em Bel Air, no século XXI. E, como visto, também serviram para atender aos interesses de uma grande empresa privada em expandir suas operações em Itaboraí, onde a lógica do mercado ainda sofria entraves para se consolidar.

Em suma, sob o signo do conceito de *hegemonia*, percebe-se que para se transmitir um interesse particular (de classe) como se fosse universal, é preciso uma combinação entre consentimento e coerção que faz de atores como a Viva Rio não apenas aliados fortuitos, mas contrapartes fundamentais das forças armadas durante determinadas operações de paz. Trata-se de uma “colaboração estreita”, como visto acima nas palavras de Rubem César Fernandes, fundador da Viva Rio. No caso do Haiti, somente a força bruta não lograria uma paz sustentável, ao passo que somente ações de produção de consenso tampouco teriam chances de obter sucesso na tarefa de avançar um determinado modelo de sociedade pacificada. Ao fazer uma síntese de como o programa *Tambor da Paz* funcionava, ele confirma esta impressão:

Em resumo, funcionava assim: 1- os militares apertavam os líderes em conflito; 2- a Viva Rio conversava com as partes e propunha medidas de reconciliação (...); 3- apertados pelo Exército e estimulados pelos benefícios da pacificação, os líderes em conflito negociavam a sua adesão ao acordo; e 4- o acordo era celebrado formalmente pela CNDDR, órgão do Governo, com a presença dos líderes em conflito, outros líderes comunitários como testemunhas, representantes do Exército Brasileiro, da Polícia Nacional do Haiti, do DDR da MINUSTAH (depois

“Redução da Violência Comunitária” - RVC) e do Viva Rio (Fernandes, 2017: 114).

Percebe-se, nesta descrição, que na ordem das ações o “aperto” dos militares em relação aos líderes do conflito acontecia antes das iniciativas do Viva Rio de diálogo e mediação, ou seja, o trabalho da ONG não significava uma redução da primazia do uso força. Na sequência do argumento, o fundador da ONG nos oferece mais pistas do que seria esse “aperto” sucedido de diálogo. Segundo ele, o programa Tambor da Paz “combinava a repressão severa às forças em conflito, com a abertura de um caminho de pacificação que era pavimentado pela adesão formal das lideranças comunitárias e por benefícios sociais mesmo que modestos” (Fernandes, 2017: 114). Deste modo, “aperto” dos militares era na verdade um conjunto de medidas e operações de “repressão severa”, sendo que, no caso específico da pacificação de Bel Air, tratava-se do uso da violência por parte da tropa brasileira contra as lideranças do bairro. Em seguida, vinha a oferta amistosa de um acordo, imbuída de gratificações e prêmios materiais (“mesmo que modestos”) intermediada pela ONG.

Assim, é dentro de sua própria argumentação que Fernandes (2017) busca uma analogia do trabalho de pacificação da ONG com o lema do exército brasileiro *Braço Forte, Mão Amiga*. Nessa perspectiva, o programa teria sido exitoso pois o Viva Rio conseguiu, de maneira consistente, se adaptar a esta doutrina. Ou seja, o “Braço Forte” seria representado pelas ações envolvendo o uso da força e da violência pelos militares, ao passo que a “Mão Amiga” seriam os serviços e os programas sociais da ONG visando o apaziguamento local, via consentimento. Combinar essas duas medidas, ações militares com ações sociais, seria a chave explicativa do sucesso da estratégia que acabou “pavimentado o caminho da pacificação de Bel Air” (Fernandes, 2017: 114). Novamente, a existência da “Mão Amiga” em momento algum sugere a diminuição das atribuições do “Braço Forte”, nem no *slogan*, nem nas práticas concretas.

As iniciativas sociais da ONG combinadas com as medidas de segurança das tropas da MINUSTAH obtiveram êxito inicial, dentro de uma visão liberal de construção da paz. Rubem César Fernandes afirmou que entre 2007 e 2009 foi o período mais feliz da missão. Em outubro de 2009, o ex-presidente dos EUA Bill Clinton, com diversos empre-

sários, organizou uma conferência internacional em Porto Príncipe com o tema: “como investir e ganhar dinheiro no Haiti” (Fernandes, 2017: 115). Na oportunidade, a primeira Ministra Michele Duvivier Pierre-Louis afirmou que o “Haiti está aberto para fazer negócios. Nós do governo estamos cumprindo a nossa parte. Estamos dispostos a trabalhar com todos vocês para alcançar o sucesso” (BID, 2009). A realização da conferência com empresários haitianos e estrangeiros era um indicativo de que a missão estava progredindo e a pacificação do Haiti construiria um ambiente seguro e estável aos negócios e à iniciativa privada. Em termos neo-gramscianos, consentimento conquistado junto a setores sociais estratégicos havia criado bases mais sólidas para a intervenção militarizada, gerando uma paz social solidificada pela *hegemonia* advinda da soma entre consenso e coerção.

4.2. A MINUSTAH como securitização

Se, por um lado, a função do Viva Rio no Haiti pode ser encarada como parte das tessituras de uma forma de dominação de caráter hegemônico, por outro, também é preciso notar que a MINUSTAH como um todo –incluindo suas estratégias de poder, como a *hegemonia*– representa um caso agudo de *securitização*. Representante destacado da chamada Escola de Copenhague, Ole Wæver (1995) é um dos autores que discute os processos de securitização e dessecuritização a fundo, chamando atenção para os riscos de se abarcar crescentes âmbitos temáticos (ideologia, dissidência política, fome, meio ambiente, imigração) dentro do arcabouço linguístico-normativo que o conceito de segurança carrega. Para ele, quanto mais um assunto é securitizado, mais despolitizado fica. Wæver (1995) sugere abordar as tentativas de securitização como *atos de fala* elocutórios, no sentido dado por John Austin (1962), ou seja, algo que produz uma realidade no momento de sua própria locução.

Nesta concepção, a securitização seria uma aposta feita pelos detentores do *status quo* nos aparelhos estatais no sentido de evitar uma discussão livre sobre determinado tema, de modo a tratá-lo como uma ameaça existencial ao regime político existente, o que permitiria –ou até mesmo requisitaria– o emprego de todos os meios necessários, incluindo militares e atos de exceção, para seu combate, que se torna equivalente à *defesa* de uma determinada sociedade ou modo de vida.

Processos de militarização, portanto, geralmente apresentam uma securitização prévia (e continuada), já que militarizar, por definição, significa tratar como um problema bélico algo que *a priori* pertenceria a outro campo temático, dado que não é preciso militarizar aquilo que já corresponde ao âmbito militar *stricto sensu*. Exemplos clássicos são a “guerra às drogas”, “combate à fome”, “luta contra o aquecimento global”, dentre outros (Wæver, 1995).

Tal operação discursiva é sintomática do ocorrido no Haiti durante a MINUSTAH pois, como é sabido, o país não vivenciava uma guerra civil, nem possuía um conflito armado que se aproximasse de tais parâmetros. O que havia, como em toda parte, era uma disputa política arraigada entre projetos de sociedade distintos, que chegou ao paroxismo com o golpe de Estado perpetrado por setores da elite haitiana e estrangeira contra o então presidente Jean Bertrand Aristide, em 29 de fevereiro de 2004. Imediatamente, o presidente estadunidense George W. Bush enviou, no mesmo dia, uma força militar interina para garantir a ordem e a estabilidade do país, consolidando a troca forçada de regime. Dois meses depois, era criada a MINUSTAH pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que em sua resolução original tratava a nação caribenha como uma “ameaça à paz e à segurança internacional”, justificando, assim, o emprego do capítulo VII da Carta da ONU, o único que autoriza o envio de forças militares com mandato para entrar em combate e usar “todos os meios necessários” para lograr seus objetivos (Seitenfus, 2016).

O *ato de fala* emanado da Casa Branca e, em seguida, do CSNU transformou a crise política haitiana em uma questão de segurança, na qual o Brasil envolveu-se de forma protagônica ao assumir o braço militar da Missão e enviar cerca de 40 mil combatentes ao longo dos treze anos de sua duração (2004-2017). Durante este tempo, diversos temas foram elencados para justificar a permanência de uma intervenção militarizada, desde os índices de pobreza e miséria da população local, até desastres naturais, como os frequentes furacões que assolam a ilha e, notadamente, o terremoto de janeiro de 2010. Deste modo, tanto temas políticos quanto socioeconômicos ou mesmo ambientais foram tratados como necessitados de uma resposta militarizada, a despeito de dúvidas sobre a efetividade desta opção securitizante em lidar com tais questões. Até a epidemia de cólera –um tema de saúde

pública— que foi causada pelos próprios soldados da Minustah (cujas fezes contaminaram o mais importante rio do Haiti, o Artibonite) foi usada como pretexto para o incremento das forças armadas estrangeiras no país, a fim de *combater* a doença por elas mesmas trazida.

Tamanha securitização gerou críticas, protestos e oposição no Haiti, tanto das camadas populares, quanto dos setores da elite afastados do jogo político (Chalmers, 2016). O senado haitiano chegou a votar resoluções exigindo a saída das tropas da ONU, mas foi ignorado. Como visto na seção anterior, foi justamente diante da dificuldade de empregar seus protocolos tradicionais sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (algo que não surpreende, dado que não havia uma guerra civil em curso) que a ONU, por intermédio do governo brasileiro, decidiu convidar o Viva Rio para complementar com *hegemonia* aquilo que a *securitização* por si só não iria lograr. Deve-se notar que em momento algum tais lógicas se chocaram, como se o incremento de uma requeresse a diminuição da outra, ou seja, como se doses maiores de *hegemonia* implicassem em menor grau de *securitização*. Pelo contrário, uma veio em socorro da outra, com a finalidade de criar bases mais sólidas para a intervenção militarizada. E nisto obtiveram sucesso, conjuntamente.

O êxito da tática dupla baseada na *securitização* via *hegemonia* não é uma originalidade da intervenção no Haiti, sendo experimentada, como visto anteriormente, desde que a problemática da ‘segurança pública’ no Rio de Janeiro ensejou a combinação entre militarização estatal extrema em combinação com ações sociais de ONGs, dentre as quais destaca-se o Viva Rio e sua larga experiência de atuação *in situ*. Não por coincidência, esta ONG também participou de experiências securitizantes domésticas, como o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), e apoiou publicamente a intervenção militar federal nas forças de segurança do estado do Rio de Janeiro em 2018.¹⁵ Tais casos podem ser compreendidos como expressões da criação de “espaços de exceção” (Rodrigues et. al., 2016: 79), onde a lógica da guerra se impõe sobre corpos matáveis, mas que não abrem mão da “execução de medidas sociais como a criação de escolas, postos de saúde e centros de cultura” (2016, p. 95). Mesmo que, em última análise, os direitos civis das populações-alvo sejam suspensos e a lógica da exceção soberana militarizada se imponha, não é incongruente com esta

análise o reconhecimento de que, nas atuais tecnologias de governo de pessoas, ganham cada vez mais espaço ações que buscam algum tipo de convencimento local, como demonstra sua própria incorporação pelo exército brasileiro na forma de *Ações Cívico-Sociais* (Acisos), tão frequentes no Haiti como nas pacificações cariocas que recorreram às forças armadas.¹⁶

A *securitização*, portanto, não exclui necessariamente a lógica da *hegemonia*, ainda que não precise sempre vir atrelada a ela. O próprio Wæver (1995), ao refletir sobre os processos de securitização, demonstra ser um leitor atento aos argumentos neo-gramscianos de autores, como Ernesto Laclau, revelando que podem ser agendas analíticas conciliáveis. Cumpre notar, por exemplo, que as técnicas usadas em programas como o *Tambor da Paz* incorporam uma pedagogia, de corte *behaviorista*, baseada no controle via consentimento, que condiciona o recebimento de recompensas materiais ao comportamento dos moradores, caso seja ajustado aos parâmetros impostos pelos interventores. Uma tal pedagogia da hegemonia, quando operando em espaços de exceção, não implica no reconhecimento da subjetividade dos indivíduos-alvo, posto que trabalha mediante técnicas de estímulo-resposta, condicionando seu comportamento mediante incentivos positivos e negativos (premiação mercadológica e financeira *versus* exclusão dos benefícios privado-filantrópicos). A lógica da securitização e dos espaços de exceção, portanto, não é necessariamente estranha à lógica da hegemonia, em tais casos.

O crucial, deste modo, é perceber que onexo estreito entre desenvolvimento e segurança nas intervenções militarizadas contemporâneas gera um dispositivo de poder eficaz no controle de indivíduos e populações, conforme alertado por Mark Duffield (2007), dentre outros. Este autor também adverte sobre os perigos da securitização, inserindo-a em uma genealogia que está na base da problemática liberal sobre segurança. Combinando as reflexões de Giorgio Agamben sobre o *estado de exceção* com as preocupações da Escola de Copenhague, Duffield (2007) busca entender como tais processos de securitização “operam dentro da arquitetura do humanitarismo, desenvolvimento e intervencionismo em nome da paz no pós-Guerra Fria” (2007: 4). Para ele, a junção de segurança com promessas de desenvolvimento local serve com substrato para *guerras sem fim* (sub-título do livro) contra populações que são

discursivamente construídas como ameaças no chamado Sul Global. Neste sentido, portanto, o nexu entre desenvolvimento e segurança não suaviza o caráter de dominação e nem a militarização envolvida no processo, como sugerem os proponentes do ‘modelo brasileiro’ de pacificação. Pelo contrário, conforme autores decoloniais latino-americanos já vêm alertando, a própria noção de *desenvolvimento* surge no ambiente militarizado da Guerra Fria, como uma necessidade de dar um tratamento bélico à *guerra contra a pobreza* no “Terceiro Mundo” (Escobar, 2007).

No caso do Haiti, Seitenfus (2016) discute que tipo de ameaça esta pequena ilha poderia representar à paz e à segurança internacionais, elencando uma série de hipóteses, como migrações em massa em direção aos Estados Unidos, devido às condições econômicas daquele que é frequentemente descrito como o “país mais pobre do hemisfério”. A antropóloga haitiana Gina Ulysse (2015), por sua vez, dedica-se a enfrentar tais tropos narrativos, que, segundo ela, jamais vem acompanhados das causas (neo)coloniais de tal miséria, como se fosse um problema endogenamente criado pelos haitianos. Segundo ela, o Haiti precisa de outro tipo de narrativas para deixar de ser refém de “ocupações humanitárias” (Fox, 2008) destinadas a consertar seu país.¹⁷ De todo modo, esta incorporação de temas socioeconômicos, como pobreza e imigração, dentro da chave-de-leitura da segurança é o que os estudos da securitização apontam como uma operação em relação à qual deve-se nutrir uma saudável cautela. O risco, conforme demonstrado pelo exemplo de Ulysse (2015), seria deixar de lado as causas que geraram a situação em questão, cancelando a possibilidade de se cogitar vias alternativas de solução. Isto é, despolarizar o problema e ignorar as relações sociais de poder, que ficam assim preservadas de maiores contestações.

Este tipo de racionalidade securitizante é sintetizada pela defesa, anteriormente mencionada, que o fundador do Viva Rio faz do projeto *Tambor da Paz*, quando afirma: “quando não há conflito, todos no bairro ganham, mas na violência, todos perdem, *não importa onde, por quem e por que ela começou*” (Fernandes, 2010: 7).¹⁸ Além dos problemas apontados por Wæver (1995), a despolarização advinda com a securitização também pode gerar o fortalecimento de um grupo político sobre outro mediante o apoio dado pelas forças intervencionistas a

um dos lados, como ocorrido no Haiti sob a MINUSTAH, ocasionando uma parcialidade política indesejável devido ao fortalecimento de um setor de segurança previamente partidário (Lemay-Hérbert, 2015).

Ao fim, ganha força a hipótese de que as ações filantrópico-sociais de entidades como o Viva Rio de fato ocupam um lugar de relevo nas práticas de pacificação como aquelas levadas a cabo pelas forças armadas brasileira no Haiti. No entanto, em vez de significar um abandono ou mesmo diminuição da securitização, tais ações podem ser entendidas como um aprofundamento desta mesma lógica, a partir da sofisticação de métodos de intervenção que levem em consideração a necessidade de conquistar algum tipo de apoio das comunidades-alvo mediante técnicas de penetração territorial mais refinadas, isto é, não-exclusivamente militares, à primeira vista. A diferença, então, do modelo brasileiro de pacificação frente a operações de paz anteriores estaria na soma de táticas hegemônicas aos já conhecidos protocolos securitizantes. O sucesso do Brasil no Haiti, portanto, não deve ser simplesmente negado (ainda que o possa ser, por diferentes ângulos), mas analisado enquanto o êxito de uma fórmula que, ao agregar *hegemonia* à *securitização*, consegue, de fato, estabelecer uma paz armada mais sustentável que a simples força bruta ou a filantropia desarmada não lograriam por si sós.

Considerações finais

Apesar da diversidade de argumentos e explicações sobre a singularidade do *Brazilian way of peacekeeping*, elas convergem em um ponto: ao concordarem com a premissa de que o Brasil fundamentava as suas ações militares no Haiti de modo a reduzir a necessidade de uso da força em sua tentativa de pacificação daquele país. Isso contribuiu para construir uma percepção de que, mediante iniciativas voltadas para o desenvolvimento local, a MINUSTAH, sob o comando militar brasileiro, se distinguiria das outras missões de paz da ONU e de tentativas anteriores de reconstrução da sociedade haitiana por tirar a ênfase do aspecto securitário em prol de ações sociais, logrando uma diminuição da militarização no âmbito daquela intervenção. O jeito brasileiro de pacificação buscava, sobretudo, manter um contato próximo e contínuo com a população-alvo e um elemento chave para o

êxito de tal metodologia seria o trabalho da ONG Viva Rio, expressão mais representativa deste inovador modelo desenvolvido pelo Brasil.

No entanto, como foi possível observar mediante uma análise baseada nos conceitos de *hegemonia* e *securitização*, que permitem um olhar mais rigoroso sobre o tipo de ação promovido por esta ONG no Haiti, pode-se sugerir a hipótese de que a vertente da segurança não foi abandonada ou reduzida em prol do assistencialismo local, mas, na verdade, teria sido reforçada por este verdadeiro *trabalho de base*, ao mesmo tempo material e ideológico, promovido pelo Viva Rio e demais entidades da sociedade civil que trabalharam em conjunto (e não contra) os objetivos da intervenção militarizada. Caso esta leitura seja aceita, deve-se considerar que um elemento central do papel político desempenhado pelo Viva Rio na MINUSTAH seria legitimar – e, portanto, viabilizar – o processo de ocupação militar estrangeira do Haiti.

Percebe-se uma convergência entre o Viva Rio, as forças armadas brasileiras e a ONU (sem contar o interesse de outras potências) na pacificação de Bel Air e na execução de um projeto liberal de sociedade no Haiti. Esse projeto tinha no uso da força e da violência o seu elemento constitutivo e nas táticas de convencimento o seu suporte indispensável. Trata-se, como sugerido aqui, de uma sofisticação das práticas de securitização, via táticas de hegemonia, mas não de seu abandono.

A sugestão de tais lentes analíticas não deve ser entendida, contudo, como uma apologia a esta ou aquela tradição teórica. O objetivo deste artigo encontra-se além de disputas academicistas, tendo como meta principal a contestação da narrativa dominante sobre o modelo brasileiro de pacificação como algo que se distanciava da lógica da segurança e da militarização. Uma releitura do significado político e social da MINUSTAH com base em um olhar crítico sobre as ações do Viva Rio poderia ser alcançada mediante outras perspectivas teóricas. Markus Müller (2018), por exemplo, aborda justamente as “pacificações emaranhadas” do Rio de Janeiro sob as UPPs e do Haiti sob intervenção multilateral para chegar a conclusões que também desafiam a narrativa convencional sobre estes processos. Trabalhando com a premissa de que estamos diante de fenômenos de policiamento global de espaços urbanos, ele sugere tratar a MINUSTAH como um caso de reativação das conhecidas estratégias político-militares de *contra-insurgência* empregadas durante a Guerra Fria.

Müller (2018) entende as ações da ONG Viva Rio como parte de um conjunto mais amplo de esforços de construção de uma ordem liberal e de cooperação com as forças de segurança na luta contra um inimigo –o “outro urbano”– que não pode ser vencido apenas com meios militares convencionais. Para o autor, os militares brasileiros “entenderam que tinham que limpar a área das gangues e depois trazer projetos de desenvolvimento, com o Viva Rio” para efetivar a pacificação (Müller, 2018: 234). Esses projetos visavam a contenção do “outro urbano”, visto como potencialmente destrutivo para a tentativa de construção da ordem, sendo preciso eliminá-lo ou persuadi-lo a se “integrar” ao projeto liberal de paz (Müller, 2018: 239). Neste processo, o Viva Rio ofereceria uma longa experiência adquirida nas favelas do Rio de Janeiro. Para o autor, apesar da participação brasileira no Haiti ser frequentemente retratada como um episódio bem-sucedido do “modo brasileiro de manutenção da paz”, o que aconteceu foi a exportação de práticas e doutrinas de segurança humana securitizadas, baseadas na implementação de protocolos de *contra-insurgência* que transformaram o Haiti em um laboratório de grande escala para projetos de pacificação doméstica que posteriormente seriam aplicados nas favelas do Rio de Janeiro (Müller, 2018).

Assim, combinando diferentes contribuições analíticas, é possível oferecer chaves-de-leitura que questionem a narrativa oficial sobre as ações sociais do Viva Rio no Haiti. Em especial, propor lentes analíticas que sigam desafiando a noção de uma militarização mais humana, em diminuição ou, em caso extremo, as conclusões que insinuam o verdadeiro paradoxo de uma intervenção militar praticamente desmilitarizada. Ainda que o ecletismo teórico-metodológico carregue riscos, as abordagens sugeridas aqui não parecem chocar-se entre si de forma que diminua o valor da hipótese central apresentada.¹⁹ O importante, ao fim, seria perceber que existem avenidas de investigação futura que podem ser percorridas frutiferamente para seguir analisando o significado político do chamado modelo brasileiro de pacificação, exigindo um escrutínio mais rigoroso das narrativas que o apresentam como uma alternativa destinada a reduzir o militarismo das operações de paz.

Desta forma, espera-se ter demonstrado que a função hegemônica, *i. e.*, de buscar algum grau de convencimento junto às populações-alvo, não exclui que nestas práticas intervencionistas e militarizadas estejam

sendo construídos verdadeiros “espaços de exceção”, conforme sugerido por Rodrigues et. al (2016). Pelo contrário, as técnicas empregadas por atores como o Viva Rio permitem que esta forma de exceção normalizada, fruto da securitização, continue a ser aplicada –com maior grau de sucesso e sustentabilidade– contra territórios e populações periféricas, especialmente do Sul Global. Vale notar, por fim, que se as ferramentas analíticas para uma revisão crítica se encontram, portanto, disponíveis, tampouco faltam elementos empíricos que a cada dia vem à luz e indicam que este caminho merece ser percorrido.

O fato de atualmente grande parte dos oficiais militares que comandaram a pacificação supostamente desmilitarizada do Haiti estarem ocupando cargos no alto escalão do governo de Jair Bolsonaro deveria servir de estímulo para que se apostasse na agenda de pesquisa sugerida pelo presente artigo, uma vez que serve de indício para suspeitar que aqueles que agora participam de um projeto explicitamente militarista de sociedade dificilmente seriam os mesmos que há poucos anos estavam na vanguarda de um modelo menos belicista de intervenção. A securitização sempre esteve na ordem do dia, o que parece ter mudado é que agora abandonou-se a estratégia de implementá-la via hegemonia, conforme tentado pelo governo anterior. Esta sugestão, no entanto, excede o escopo deste trabalho, ainda que mostre o valor de seguir perseguindo a trilha argumentativa que desconfia da difundida retórica humanizadora sobre o chamado modelo brasileiro de construção da paz.

NOTAS

1. Para o texto completo da Resolução 1.542, que criou a MINUSTAH em 30/04/2004, ver: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1542> (Acesso em fevereiro de 2020).
2. José Roberto Pinho de Andrade Lima, Tenente Coronel e Veterinário do Exército brasileiro.
3. Segundo o relatório anual de atividades do ano de 2015. Disponível

em: <http://www.vivario.org.br/app/prestacao/uploads/Atividades/CEBAS%202015.pdf> Acesso em: 28 Fev. 2019.

4. Para mais informações, ver: COBERTURA completa: terremoto no Haiti. G1. 14 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1446514-5602,00-COBERTURA+COM-PLETA+TERREMOTO+NO+HAITI.html> Acesso em: 23 abr. 2019.
5. Trecho da entrevista realizada com José Roberto Pinho de Andrade Lima, Tenente Coronel e Veterinário do Exército brasileiro. Esteve no Haiti entre junho de 2009 até julho de 2010 exercendo a função chefe de intérpretes e de veterinário sanitaria do contingente brasileiro da MINUSTAH.
6. Trecho da entrevista realizada com Augusto Lepre de Souza. Trabalhou na ONG Viva Rio no Rio de Janeiro e no Haiti de janeiro de 2014 até julho de 2014. Atuava na área de gestão de projetos da ONG.
7. A candidata era Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. O vencedor do pleito, travado em clima de temor sócio-racial para as classes médias cariocas, foi César Maia, do Partido da Frente Liberal.
8. Para mais informações sobre a trajetória da ONG, ver: <https://www.projetoDraft.com/o-viva-rio-inova-ha-20-anos-quando-juntou-intelectuais-e-liderancas-comunitarias-contra-a-violencia-no-rio/> (Acesso em fevereiro de 2020).
9. Atualmente são 75 unidades de saúde, como clínicas da família, operadas pelo Viva Rio, que atua como uma Organização Social (OS). A baixa qualidade do atendimento e pouca transparência na gestão dos recursos levou o Ministério Público Estadual a abrir investigações contra diversas OS, incluindo o Viva Rio. Para mais informações, ver: <https://oglobo.globo.com/rio/das-dez-oss-que-operam-no-municipio-oito-estao-sob-investigacao-18494571> (Acesso em fevereiro de 2020).
10. Durante o período colonial, era comum referir-se à colônia francesa de Santo Domingo (atual Haiti) como a Pérola das Antilhas, em alusão à grande riqueza produzida (com trabalho escravo) em proveito de sua metrópole europeia, especialmente pela exportação de açúcar e café.
11. A Ampla é uma empresa de distribuição de energia elétrica com atuação no interior do estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói.

12. De janeiro a dezembro de 2015 o orçamento dos programas do Viva Rio financiados pela Ampla em Itaboraí foi de R\$ 766.060,88.
13. O discurso do então secretário-geral da ONU Kofi Annan ao Fórum Econômico Mundial em Davos, 1997, é ilustrativo desta postura. Após afirmar que o elo entre as Nações Unidas e o setor privado é “vitalmente importante”, ressaltando que o “capitalismo de mercado não possui nenhum grande rival ideológico”, ele clama pelo “reforço” da parceria entre a ONU, governos e a “comunidade corporativa internacional”. Ver a íntegra do discurso em (acesso em maio de 2018): <https://www.un.org/press/en/1997/19970131.sgsm6153.html>
14. Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, “[n]as condições modernas, argumenta Gramsci, uma classe mantém seu domínio não simplesmente por meio de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além dos seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados dentro de um bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico (Portelli, 1978). Esse bloco representa uma base de consentimento para uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias” (Bottomore, 1988: 177).
15. Para ler na íntegra a nota oficial do Viva Rio em apoio à intervenção (que, por sinal, menciona o trabalho da ONG no Haiti), ver: <http://vivario.org.br/opinioes-do-viva-rio-diante-da-intervencao-federal-na-seguranca-publica/> (Acesso em fevereiro de 2020).
16. Sobre a “conclusão da pacificação de Bel Air”, um especialista comenta que a “primeira ação de grande envergadura deste contingente foi realizada em Cité Militaire no dia 13 de junho de 2005, incluindo a retirada de lixo de vias urbanas e a prestação de atendimento médico e odontológico, além de atividades culturais, como projeção de filmes” e que “como parte da estratégia de ocupação, a força brasileira estimulou o contato com lideranças comunitárias civis da região, promovendo também atividades esportivas e culturais (Souza Neto, 2012, p. 252). Por sua vez, a intervenção militar federal no Rio de Janeiro em 2018 também usou estratégias desenvolvidas no Haiti no sentido de combinar ações de combate com as chamadas Acisos: “No Haiti, os mesmos militares que combatiam criminosos também distribuíam água, comida, material escolar, davam assistência médica e odontológica, assim

como orientações de saúde, e cortavam o cabelo da população. Essas ações são chamadas na gíria militar de “aciso” (acrônimo para Ação Cívico Social) e foram realizadas centenas de vezes nos 13 anos de missão”. Ver reportagem completa em (acesso em fevereiro de 2020): <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/02/as-estrategias-do-haiti-que-estao-sendo-usadas-na-intervencao-do-rio.htm?cmpid=copiaecola>

17. Fixing Haiti é justamente o título de uma coletânea de artigos organizada por Andrew Thompson e Jorge Heine (2011) e publicada pela United Nations University Press, o autodeclarado “braço editorial das Nações Unidas”. Pode ser lido em (acesso Junho/2018): <https://collections.unu.edu/eserv/UNU:2516/ebrary9789280811971.pdf>
18. Esta afirmação é condizente com o diagnóstico proposto por um coordenador do Viva Rio no Haiti, que caracterizou (conforme visto na seção 2) a situação de violência naquele país como fruto de “banditismo”. Ignorar as causas sociais, políticas e econômicas dos conflitos e atribuí-los a alguma característica inata da sociedade ou da cultura local, como o termo banditismo sugere, é uma prática antiga dos discursos intervencionistas. Não por coincidência, portanto, um texto dos anos 1930, escrito pelo pensador conservador brasileiro Oliveira Vianna em defesa da intervenção norte-americana no Haiti (que durou de 1915 a 1934) trazia ipisis litteris o mesmo tipo de formulação sobre o país caribenho ao afirmar que lá “dominava um banditismo endêmico” (Vianna, 1930, p. 71). Nos termos propostos neste artigo, classificar como banditismo uma determinada situação implica em realizar um ato de fala securitizante, que reclama no momento mesmo de sua enunciação uma resposta militarizada como única reação apropriada.
19. Para uma crítica da forma de teorização que se preocupa mais em defender uma agenda teórico-metodológica do que com a realidade investigada, mesmo que seja uma realidade socialmente construída, ver as observações de Alexander Wendt contra aquilo que chamou de method-driven social science (Wendt, 1999: 40). O ecletismo, com limites, tampouco é estranho à tradição neo-gramsciana de Relações Internacionais. Além do próprio Cox (2007: 101) ressaltar que não pretende fazer um “estudo crítico da teoria política de Gramsci”, mas buscar inspiração em seus conceitos, que podem ser “adaptados”, outro expoente dessa tradição, Stephen Gill, faz uma combinação

das ferramentas gramscianas com o instrumental teórico foucaultiano em alguns de seus artigos mais conhecidos, a fim de desenvolver a noção de neo-liberalismo disciplinador (Gill, 2003: 130) e do poder panóptico da vigilância no capitalismo global (2003: 181). As pontes entre a tradição teórico-normativa da hegemonia e a do poder disciplinar e biopolítico em Relações Internacionais, como desenvolvido por Duffield (2007) no âmbito do humanitarismo militarizado, são possíveis e contam com precedentes relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdenur, Adriana; Call, Charles (2017). “A ‘Brazilian way’? Brazil’s approach to peacebuilding”. In: *Order from chaos – Foreign Policy in a troubled world*. Brookings Institute.
- Amorim, Celso (2006). *Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.
- Austin, John (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- Bergier, Carolina (2015). *O Viva Rio inova há 20 anos, quando juntou intelectuais e lideranças comunitárias contra a violência no Rio*. Rio de Janeiro: Projeto Draft.
- BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento (2009). *Investidores estrangeiros reúnem-se no Haiti para explorar novas oportunidades de negócios*. BID, 01 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/investidores-estrangeiros-reunem-se-no-haiti-para-explorar-novas-opportunidades-de-negocios> (Acesso em abril de 2019).
- Bottomore, Tom (1988). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Braum, Pedro (2014). *Rat pa kaka: Política, Desenvolvimento e Violência no Coração de Porto Príncipe*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFRJ, Museu Nacional - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

- Carvalho, Vinícius (2017). “A música brasileira na MINUSTAH: a arte do soldado como diplomacia”. In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.
- Caçador, Caroline (2016). *A Trajetória Social do Viva Rio e suas mais Variadas Transmutações*. Dissertação de Mestrado em História - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
- Chalmers, Camille (2016). “Em Haití sufrimos una agresión muy violenta del imperialismo”. Entrevista al *Resumen Latinoamericano – la otra cara de las noticias de América Latina y el Tercer Mundo*.
- Clauchs, Andrei (2013). “Os impactos da formação multiétnica na liderança militar brasileira em missões de paz”. *Revista de Ciências Militares - Coleção Meira Mattos*, vol. 7, n. 29, p. 99-111.
- Cox, Robert (2007). “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método”. In: Gill, Stephen (org.). *Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- De Souza, Augusto Lepre. Entrevista concedida aos autores em 11 de dezembro de 2018.
- Duffield, Mark (2007). *Development, security and unending war: governing the world of peoples*. Cambridge: Polity press.
- Escobar, Arturo (2007). *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana.
- Fernandes, Rubém Cesar (2017). “Respeito e honra ao Haiti”. In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.
- Fernandes, Rubém Cesar (2010). “Honra e Respeito para o Haiti”. *Revista Direitos Humanos*. 6ª edição. Setembro 2010.
- Fox, Gregory (2008). *Humanitarian Occupation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gill, Stephen (2003). *Power and Resistance in the New World Order*. New York: Palgrave Macmillan.

- Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (2017) (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.
- Hirsrt, Monica (2012). *Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: Instituto de Política Econômica Aplicada – IPEA.
- Hirsrt, Monica (2017). “Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global”. *Estudios Internacionales*. vol.49, n.spe, p. 143-178.
- Kalil, Mariana; Napoleão, Thomaz (2015). “Stabilization as securitization of peacebuilding? The experience of Brazil and MINUSTAH in Haiti”. *Brasiliana – Journal of Brazilian Studies*, vol. 3, n. 2, p.87-112.
- Kenkel, Kai (2011). “Interests, Identity and Brazilian Peacekeeping Policy”. *Perspective of the world review*, vol. 3, n.2, p. 9-36.
- Kipman, Igor (2009). “MINUSTAH go home?”. *Verde Oliva*, ano 37, n. 202, p.58-59.
- Kolbe, Athena R; Muggah, Robert (2012). *Haiti’s Urban Crime Wave? Results from Monthly Household Surveys*. Strategic Note. 2012. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Haitis-Urban-Crime-Wave.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- Lemay-Hérbert, Nicolás (2015). “United Nations Stabilisation Mission in Haiti (MINUSTAH)”. In: Koops, J.; Macqueen, N.; Tardy, T.; Williams, P. (eds.). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press.
- Lima, José Roberto. Entrevista concedida ao autor em 05 de setembro de 2018.
- Lula da Silva, Luís Inácio (2014). “Não vamos nos esquecer do Haiti”. *El País – Opinião*.
- Markey, Patrick; Zengerle, Patricia (2010). “ONU reage contra caos em distribuição de alimentos no Haiti”. *O Globo*. 26 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/onu-reage-contracaos-em-distribuicao-de-alimentos-no-haiti-3063506> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

- Mendonça, Marcos (2017). “Brasil no Haiti: um caso de sucesso”. In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.
- Miranda, André (2017). “A pacificação de Bel Air”. In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.
- Moestue, Helen; Muggah, Robert (2009). *Integração social, ergo, estabilização: avaliando o programa de segurança e desenvolvimento do Viva Rio em Porto Príncipe*. Viva Rio. 2009. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/E-Co-Publications/SAS-VIVA%20RIO-2009-Port-au-Prince.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- Müller, Markus-Michael (2018). “Policing as Pacification: Postcolonial Legacies, Transnational Connections, and the Militarization of Urban Security in Democratic Brazil”. In: Bonner, Michelle D.; Seri, Guillermina; Kubal, Mary Rose; Kempa, Michael (Orgs.). *Police Abuse in Contemporary Democracies*. Palgrave Macmillan. Cham. 2018.
- Neiburg, Federico, Nicaise, Natacha e Braum, Pedro (2011). *Lideranças em Bel Air*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia Museu Nacional – UFRJ. Setembro de 2011.
- Pugh, Michael (2005). “The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective”. *International Journal of Peace Studies*, vol. 10, n.2, p. 23-42.
- Rodrigues, Thiago; Castro, Flávia; Mendonça, Thaianne (2016). “A exceção como prática: as políticas de pacificação no Rio de Janeiro (2008-2015)”. *Brasiliana – Journal of Brazilian Studies*, vol. 4, n.2, p. 73-111.
- SANTOS, Sebastião. Entrevista concedida aos autores em 20 de fevereiro de 2019.
- Sardenberg, Ronaldo (2017). “Prefácio”. In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.

- Schmitz, Guilherme de Oliveira (2013). *A Sociedade Civil Brasileira e a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: Estudo de Caso do Viva Rio no Haiti*. Mestrado em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.
- Schuberth, Moritz (2016). “Growing the Grassroots or Backing Bandits? Dilemmas of Donor Support for Haiti’s (UN)Civil Society”. *Journal of Peacebuilding and Development*, vol. 11, n.1., p. 93-98.
- Seitenfus, Roberto (2016). *Reconstruir Haiti: entre la esperanza y el tridende imperial*. Santo Domingo: CLACSO/Fundación Juan Bosch.
- Siman Gomes, Maíra (2014). A “*pacificação*” como prática de “*política externa*” de (re)produção do self estatal: reescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais.
- Souza Neto, Danilo (2012). “O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH”. In: Kenkel, Kai; Moraes, Rodrigo (orgs.). *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília: Instituto de Política Econômica Aplicada – IPEA.
- Taylor, Ian (2010). “Liberal Peace, Liberal Imperialism: a Gramscian critique”. In: Richmond, Oliver (ed.). *Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches*. London: Palgrave Macmillan.
- Ulysse, Gina (2015). *Why Haiti Needs New Narratives: a post-quake chronicle*. Connecticut: Wesleyan University Press.
- Valler Filho, Wladimir (2007). *O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG.
- Viana, Suhayla (2009). “A Minustah e a participação brasileira”. *Revista Senso Comum*, n.1, Dossiê Temático, p. 22-37.
- Vianna, Oliveira (1930). *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Waeber, Ole (1995). “Securitization and desecuritization”. In: Lipschultz, Ronnie (ed.). *On Security*. New York: Columbia University Press.
- Wednt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

SUMMARIO

Viva Rio no Haiti e o 'modelo brasileiro de pacificação': securitização via hegemonia?

Na década de 1990 o Haiti passou por quatro intervenções arquitetadas pela ONU e pela chamada comunidade internacional. Em consequência disso, a *Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti* (MINUSTAH), iniciada em 2004 sob o comando militar brasileiro, viu-se diante da necessidade de se distinguir das missões anteriores. Autoridades brasileiras se engajaram na construção de uma narrativa de que a singularidade da participação do Brasil no Haiti seria a substituição da vertente da segurança pela vertente do desenvolvimento. Assim, o modelo brasileiro de praticar operações de paz deveria dar destaque para iniciativas de cooperação técnica e desenvolvimento local. Neste contexto, um ator importante dessa dinâmica foi a organização não-governamental Viva Rio. Com um histórico de atuação nas regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro, o Viva Rio recebeu o convite da MINUSTAH para ajudar na pacificação das comunidades de Porto Príncipe. Neste artigo analisaremos a participação do Viva Rio no Haiti diante dos argumentos sobre as particularidades do chamado modelo brasileiro de operações de paz destacando o papel político desempenhado por esta entidade em particular. Investigaremos que tipos de projetos ela desenvolveu no Haiti, com quais métodos e visando quais finalidades. Usufruindo das perspectivas analíticas da *hegemonia* e *securitização* propõe-se uma crítica a esta narrativa apresentando a hipótese de que a atuação de entidades como o Viva Rio não representa uma redução do aspecto militarista. Argumenta-se que a participação do Viva Rio se insere numa tentativa de tornar o processo de militarização mais eficiente e duradouro. Na verdade, refina-se e consolida-se o mesmo projeto político de controle de populações consideradas pobres e marginalizadas, impondo um modelo socioeconômico mediante táticas de guerra mais sofisticadas, desenvolvidas domesticamente e aprimoradas em missões no exterior.

ABSTRACT

**Viva Rio in Haiti and the ‘Brazilian way of peacekeeping’:
securitization via hegemony?**

During the 1990’s, Haiti went through four interventions created by the United Nations and the so-called International Community. As a result, when the *United Nations for the Stabilization in Haiti* (MINUSTAH) was initiated in 2004 under Brazilian military command it felt the need to differentiate this mission from previous ones. Brazilian authorities worked hard to build a narrative in which the singularity of the country’s role in MINUSTAH was deemed to be the substitution of security by development priorities. Hence, the Brazilian way of peacekeeping should emphasize technical cooperation and local development initiatives. In this context, an important actor was the non-governmental organization (NGO) Viva Rio. Due to its portfolio of activities at Rio de Janeiro’s peripheries, this NGO was invited by MINUSTAH to help it pacify local communities in Port-au-Prince. In this article, we analyze Viva Rio’s work in Haiti in face of the argumentation regarding the Brazilian Way of Peacekeeping, stressing the political role it played. We investigate the kind of projects it developed in Haiti, their methods and goals. Benefiting from the analytical perspectives of *hegemony* and *securitization*, we offer a critique of this narrative by suggesting the hypothesis that the presence of entities such as Viva Rio does not represent a reduction of its militaristic features. Rather, it is argued that Viva Rio’s participation inscribes itself into an effort to render militarization more efficient and durable. In fact, it refines and reinforces the same political project of controlling poor and marginalized populations to impose a socio-economic model using more sophisticated war tactics that were developed domestically and improved abroad.

RESUMEN

Viva Rio en Haití y el 'modelo brasileño de pacificación': ¿titulización a través de la hegemonía?

En la década del 90 Haití pasó por cuatro intervenciones planificadas por la ONU y por la llamada comunidad internacional. Como resultado, la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH), que comenzó en 2004 bajo el mando militar brasileño, se encontró ante la necesidad de diferenciarse de las misiones anteriores. Las autoridades brasileñas se involucraron en la construcción de la narrativa de que la singularidad de la participación de Brasil en Haití sería sustituir la vertiente de la seguridad por la vertiente del desarrollo. Por consiguiente, el modelo brasileño caracterizado por la realización de operaciones de paz debía destacar las iniciativas de cooperación técnica y desarrollo local. En este contexto, un actor importante de esta dinámica fue la organización no gubernamental Viva Rio. Con un historial de actuación en las regiones periféricas de la ciudad de Río de Janeiro, Viva Rio recibió una invitación de MINUSTAH para ayudar a pacificar las comunidades de Puerto Príncipe. En este artículo analizaremos la participación de Viva Rio en Haití en vista de los argumentos sobre las particularidades del llamado modelo brasileño de operaciones de paz, destacando el papel político desempeñado por esta entidad en particular. Investigaremos qué tipos de proyectos ha desarrollado en Haití, con qué métodos y con qué fines. Aprovechando las perspectivas analíticas de la hegemonía y de la titulización, se propone una crítica de esta narrativa presentando la hipótesis de que la actuación de entidades como Viva Rio no representa una reducción en el aspecto militarista. Se argumenta que la participación de Viva Rio se trata efectivamente del intento de hacer que el proceso de militarización sea más eficiente y duradero. De hecho, el mismo proyecto político para controlar a las poblaciones consideradas pobres y marginalizadas se está refinando y consolidando, imponiendo un modelo socioeconómico mediante tácticas de guerra más sofisticadas, desarrolladas a nivel local y mejoradas en misiones en el extranjero.